

# LEITURAS

## Livros

«1999 VICTORY WITHOUT WAR»

Richard Nixon. Simon and Schuster. Nova Iorque, 1988

De todos os presidentes americanos que nas últimas décadas ocuparam a Casa Branca, Nixon foi um dos que melhor preparado estava ao nível do conhecimento das relações internacionais quando assumiu o cargo de presidente. Kissinger teve mesmo oportunidade de o constatar, com alguma surpresa, numa célebre conversa que com ele manteve antes de assumir o seu cargo na Administração.

No seu sétimo livro Nixon propõe, entre outras coisas, uma política em relação a Moscovo que apelida de «hard-headed detente». De acordo com Nixon, os Estados Unidos não podem continuar a basear a sua política em meras respostas às iniciativas soviéticas. Assim, o seu livro deve ser entendido como uma estratégia a longo prazo para competir com Moscovo.

A admissão de que nenhuma Administração, incluindo a sua, foi alguma vez capaz de desenvolver de maneira explícita uma estratégia que englobasse todos os instrumentos políticos, económicos e militares, a convicção de que nos últimos anos a política externa americana foi errática, algo desorientada mesmo, a ideia de que Gorbachev representa um novo desafio que deve ser enfrentado rapidamente pelos americanos, são factores que levaram à redacção deste livro que propõe a preparação dos Estados Unidos para uma liderança do mundo livre no séc. XXI. É um livro em que se alerta para os perigos do desarmamento total, da abolição das armas nucleares e do desarmamento psicológico. Um livro que mais não é do que uma proposta para um uso judicioso do enorme poder americano.

Nixon propõe uma posição que podemos rotular de moderada, mas muito realista, procurando afastar-se quer dos excessos que caracterizaram os anos Carter, quer dos primeiros anos da era Reagan.

Apesar da política proposta no livro, Nixon não mudou a sua posição em relação àquilo que é representado pelo comunismo e pela URSS.

A conduta deste país na cena internacional é objecto de críticas duras (ex. a política soviética é um imperialismo multiplicado pelo factor dois).

Gorbatchev, classificado de peso-pesado na arena internacional, merece-lhe respeito entre outras coisas porque o kremlin é a escola política mais dura do mundo.

Nixon não tem aqui muitas ilusões. O que a URSS e os EUA representam é inconciliável e o conflito entre os dois países irá continuar, se bem que nos anos mais próximos se assista a uma redução da tensão. Nixon encara os anos que se seguem como um período de tréguas. Como não é líquido que Gorbatchev se mantenha onde está, Nixon teme que a URSS volte num prazo não muito distante à sua conduta «normal».

O seu cepticismo não o impede de constatar que alguma coisa está a mudar na URSS. Urge, segundo ele, aproveitar o que de mais benéfico essas mudanças podem trazer para o mundo. É fundamental que se chegue a acordo sobre as regras que possam gerir, sem grandes sobressaltos, este já longo conflito.

O objectivo final para Nixon é a vitória, mas uma vitória como o título do livro indica, que não implique o recurso à guerra.

Um dos pontos que se mantém constante no pensamento de Richard Nixon é o problema do segredo, do controle presidencial sobre a política externa. Um presidente inábil no campo internacional seria uma desgraça para a América, segundo ele.

Recorde-se que, enquanto presidente, Nixon nunca confiou no Departamento de Estado, nem em qualquer tipo de máquina burocrática.

Curiosamente o homem que o ajudou a implementar uma política externa altamente centralizada e personalizada, dirigida a partir da Casa Branca, Henry Kissinger, escreveu, enquanto académico, comentários muito desfavoráveis aos constrangimentos a nível de decisões impostas pelas máquinas burocráticas.

Esta posição mantém-se, já que Nixon continua a não confiar no Departamento de Estado, acusando-o de não ser ágil nem inovador (de acordo com as suas palavras o Departamento de Estado está fossilizado) numa época em que os soviéticos estão a ser muito agressivos, mas também inovadores nas suas propostas. Daí uma série de propostas ao novo presidente para que reforce o poder do Conselho Nacional de Segurança e para que nomeie homens da sua confiança para chefiar as tão detestadas máquinas burocráticas.

A estratégia proposta por Nixon assenta em três pilares: dissuasão, competição e negociação.

Há aqui um elemento de «détente» e um outro elemento que remota a Kennon, ou seja, os EUA devem responder firmemente a qualquer comportamento que possa ser rotulado de aventureirista e expansionista.

Há aqui também uma ideia muito cara a Nixon: a ideia de que é possível desde que se seja cauteloso e hábil, de maneira a não ferir a susceptibilidade dos soviéticos, integrar a URSS no sistema internacional, evitando assim a sua enorme predisposição para empreender acções desestabilizadoras.

Nixon acredita que a URSS possui os dilemas que são inerentes à sua condição de superpotência e que é possível que ambos os lados ganhem com negociações.

Daí a importância dos conceitos de «linkage» e de benefícios mútuos no seu pensamento.

Uma política de contra-ataque na Europa Oriental é proposta, política essa que visa a «filandização» do território em questão.

Propõe-se assim que as trocas culturais, as emissões televisivas, radiofónicas, os programas de apoio às minorias e aos grupos de direitos humanos sejam aumentados. Embora ciente de que o comércio não traz inevitavelmente consigo a paz, uma maior actividade comercial é proposta. Tal aumento está todavia ligado ao bom comportamento dos soviéticos. Nixon está plenamente consciente de que tais propostas representam um perigo grande para sociedades fechadas como as do Leste.

Nixon, enquanto presidente, centrou demasiado a sua atenção nas relações entre as superpotências e nos assuntos político-militares.

Esta visão do ambiente internacional, o resultado de uma política externa muito centralizada e personalizada, foi, posteriormente alvo de inúmeras críticas. O mesmo erro não é repetido nesta sua proposta para uma estratégia americana.

Os capítulos finais do livro debruçam-se sobre áreas vitais para o sucesso da sua proposta.

Ao contrário daqueles que defendem a inevitável decadência da Europa Ocidental a favor de um novo teatro representado pelo Oceano Pacífico e pela sua potência dominante, o Japão, Nixon propõe a revitalização da NATO e a tomada de consciência da ideia de identidade europeia (a ideia do «burdensharing» acaba por reflectir isso mesmo). Vital para

o sucesso desta ideia é evitar o desarmamento psicológico a nível europeu, rejeitar a ideia do «decoupling» e chegar a acordo na maneira como enfrentar a URSS.

Nixon é simpático e cauteloso para com o Japão, tendo decerto presente a sobretaxa de 10 por cento que impôs às exportações japonesas em 1971, bem assim como a não notificação aos japoneses da eminente abertura à China.

O livro contém ainda um cativante capítulo dedicado ao Terceiro Mundo e um capítulo muito interessante dedicado aos problemas que afectam a China.

A parte final é um apelo aos americanos para resistirem à tentação isolacionista, um apelo para que concretizem todo o seu potencial sem complexos, para que o mundo seja um lugar mais seguro.

Nixon oferece-nos uma visão realista dos desafios a enfrentar nos próximos anos pelos actores na cena internacional. Uma importante contribuição da sua parte.

**Miguel Monjardino**

«EUROPEAN SECURITY BEYOND THE YEAR 2000»

Ed. Robert Rudney e Luc Reyhler, Nova Iorque, 1988

Se o objectivo inicial dos mentores desta obra era a recolha de opiniões e análises sobre a segurança no futuro, o sucesso não poderia ter sido maior. O testemunho de analistas de cada país europeu permite uma abordagem mais fiel à temática da segurança europeia, tal como ela é encarada em cada país. Se, do ponto de vista formal, esta técnica incorre em alguma descontinuidade devido à multiplicidade de estilos que cada autor utiliza, ganha pela dinâmica possível quando se tem presente um tema algo técnico e hermético. Assim, ainda que não se pressinta uma unidade de critérios, conhece-se uma diversidade e maior interesse à medida que as folhas passam.

Ainda que, no entender dos analistas britânicos, o risco de uma guerra nuclear e a hipótese de uma confrontação entre as forças da NATO e o Pacto de Varsóvia tendam a declinar, a Aliança continua a ser vital para a defesa da Grã-Bretanha, embora se sugiram algumas reformas. Numa recente pesquisa, notou-se que 75 por cento da população prefere um confronto directo se a ameaça soviética puser em risco a independência do seu país. A ala esquerdista britânica é, todavia, apologista de um corte mais radical nos armamentos. Mas,

quer para os trabalhistas, quer para os conservadores, a Grã-Bretanha desempenhará um papel vital nos próximos dez anos no que se refere às armas nucleares.

Internamente, a maior afronta à segurança interna é a Irlanda e o I.R.A.

A visão francesa é algo diferente da anteriormente exposta, nomeadamente pela escolha de um maior pragmatismo que consistirá na recusa de grandes compromissos. De facto, a «França prefere esperar para agir». Para Michel Makinsky, a defesa dos interesses franceses coincide com a teoria dos três círculos - território nacional, territórios europeus circundantes e o resto do mundo - ficando a dissuasão nuclear reservada apenas para o primeiro. Fora do «santuário», a grande preocupação concentra-se na segurança da R.F.A.

Na fronteira entre a NATO e o Pacto de Varsóvia, a R.F.A. significa o pivot sensível aos eventuais avanços ou recuos do bloco de Leste. Na interpretação dos analistas da R. F. A., a política de segurança deste país está orientada pela pretensão de uma especial responsabilidade pela paz na Europa, pelo facto de possuir fronteira com dois países do Pacto de Varsóvia onde existe a maior concentração de forças convencionais de curto alcance, e por ter já sofrido por duas vezes pressões soviéticas sobre Berlim. Para Reimund Seidelmann, Berlim é o exemplo cabal da perícia e habilidade da política europeia face à ameaça soviética, exemplo que deve ser seguido para todas as áreas onde a segurança europeia seja posta em causa. A posição da R.F.A é particularmente problemática dado que é um país que está exposto a todas as opções nucleares soviéticas (S5-21 e 5S-23 na R.D.A), às forças nucleares de curto e médio alcance na Checoslováquia (SS-20, 5S-22 e CLBM) bem como a todos os tipos de mísseis Cruise.

Nem o projecto INF da NATO, nem outros projectos de modernização franceses e britânicos eliminaram a ameaça e a doutrina de resposta flexível da NATO contém contradições que urge superar. A solução terá de ser algo mais que meramente militar, dado que bastaria uma guerra convencional para que, na sua primeira fase, ficasse destruído um terço da infra-estrutura da R.F.A, quer quanto à população, quer quanto à produção. Se a dissuasão falhar, a R.F.A. sofrerá sempre perdas vitais. Para tanto, os governos apostam na coesão da Aliança, no «coupling» E.U.A/R.F.A, e na credibilidade da defesa ocidental. Reais melhoramentos na segurança só serão possíveis por soluções políticas.

Ainda que cada país seja um caso concreto relativamente às vulnerabilidades particulares de cada um, pode observar-se que há bastantes pontos comuns nos casos holandês, belga e norueguês. A prioridade nas políticas de segurança dos governos, coincidem com as prioridades da NATO, com especial atenção ao papel dos E.U.A. e da R.F.A.

Caracterizados por extrema vulnerabilidade (seja devido à exiguidade dos territórios, à proximidade com países do Pacto de Varsóvia, ou a uma costa vasta num país de densidade populacional reduzida) qualquer destes países encara com apreensão a defesa da Europa ocidental num futuro próximo. E mesmo quando existem correntes internas que propõem soluções diferentes para a garantia da ameaça, esta é sempre considerada como vindo do Pacto de Varsóvia. No caso da Bélgica, crê-se que a guerra não é muito provável, mas teme-se a finlandização. Daqui decorre que as medidas de desmilitarização ou desnuclearização são de afastar pois há que evitar quaisquer assimetrias de forças que agravem as já existentes a nível geográfico, para não mencionar o facto de que «a verificação é um problema insolúvel».

A unanimidade mantém-se quanto à noção de que a segurança é mais um problema político que militar, bem como na observação de que a segurança interna passa pelo bem-estar das populações.

A percepção dinamarquesa da ameaça tem oscilado ao longo dos anos mas encara-se a União Soviética como uma potência crescente que, à semelhança das demais potências prossegue os seus interesses só que por processos que colidem com os interesses ocidentais.

Inflectindo para sul, a análise de Espanha, de Portugal e da Itália, são bastante distintas. A Espanha, que desde Março de 1986 quando fez um referendo às populações cujo resultado se saldou em 53 por cento a favor da NATO, iniciou um processo de reforço das Forças Armadas e sua modernização, bem como de exportação de armamentos, debate-se internamente com sérios problemas de segurança: uma ameaça potencial originada pelos movimentos separatistas e uma ameaça actual que são os atentados terroristas.

Já para Portugal, se antes de Abril de 1974 a presença portuguesa na NATO poderia estar a ser questionada dado que já existiam colónias, depois da revolução a percepção da ameaça soviética das Lages, acresce o papel político da base que passa a figurar como contrapartida constante nas negociações.

Por seu turno, a Itália apresenta uma visão de extremo pragmatismo. Para a Itália a NATO e a CEE são formas de evitar directórios sobre a Europa, da França, Grã-Bretanha ou da R.F.A., através do equilíbrio garantido pelos E.U.A. Na opinião de Virgilio Ilari, a NATO é importante não pela garantia de segurança nacional, mas para que a Itália marque posição no mundo ocidental. A extensão do âmbito da NATO para o Sul é repudiada de forma a que a posição italiana não perca a sua importância enquanto ponte entre os dois

continentes, no Mediterrâneo. Além disso, a ameaça soviética é sentida como uma ameaça indirecta concretizada no P.C.I.

Ainda no Mediterrâneo, mas a Oriente, encontram-se os casos da Grécia e da Turquia. Em ambos, os conflitos na zona são os mais prementes, seguindo-se a todo o custo uma política de extrema precaução para se evitar qualquer confronto que leve a uma fragilidade no bloco ocidental.

Finalmente, há a análise finlandesa que considera que a ameaça não provém da União Soviética mas das armas nucleares. O predomínio é da política externa sobre a política de defesa, e aquela pretende uma política de neutralidade que só será realmente possível se houver paz na Europa - segundo as palavras do presidente Kekkonen. A estabilidade e a tranquilidade existem desde o fim da década de quarenta e. por isso, ao P.N.B. apenas se retira um por cento para questões de defesa.

A encerrar o livro, Luc Reyhler escreve as suas conclusões/opiniões. O tom geral é o de apelo a uma atitude que consistirá, especialmente, numa visão a longo prazo. Para Reyhler, «to promote rather than to react» é a atitude mais acertada que as futuras gerações que virão a herdar a NATO, devem veicular. Para tanto, este autor cita umas passagens do discurso de despedida de Helmut Schmidt: "Young people must have ideas, but idealism cannot be romantic, but must be rooted in vernunft (rationality)»; impõe-se a existência de «an ethos of political pragmatism with moral intent».

A laia de ponto de situação, Reyhler conclui que um novo consenso é uma condição *sine qua non* de uma maior segurança futura. E se a União Soviética pretende criar uma divisão intransponível, a nível nuclear, a nova mentalidade europeia terá de superar quer o problema do nuclear, quer as disparidades de níveis económicas entre os seus membros.

De extremo interesse, as conclusões de Reyhler conseguem suprir as falhas dos textos anteriores: a segurança da Europa (e conseqüente papel político nas relações internacionais) dentro de um contexto mais vasto onde os conflitos pontuais espalhados pelo globo são o reflexo de uma procura de equilíbrio entre os dois blocos e, talvez, entre os parceiros do mesmo bloco. A responsabilidade partilhada pelos governos e uma nova democracia vivida pelas populações «educadas» são entendidas como pilares de uma época de détente, de facto.

**Maria de Sousa Leitão**

## Colóquios

"INTERNATIONAL CONFERENCE OF THE EDITORS-IN-CHIEF AND PUBLISHERS OF THE LEADING JOURNALS ON EUROPEAN/ /INTERNATIONAL AFFAIRS"

«Integration»/« Europa-Archiv", Bona, 7-9 Dezembro, 1988

Esta foi a primeira vez que se reuniram na Europa responsáveis de publicações tematicamente orientadas para assuntos de defesa ou internacionais. Foram anfitriões as revistas da R.F.A. «Integration» (vocacionada para assuntos europeus) e «Europa-Archiv» (política internacional). Fez-se representar imprensa de cada um dos doze países da Comunidade, além de uma revista jugoslava. Portugal esteve presente através da revista *Estratégia*.

Debateram-se várias questões da política internacional, sejam as relações euro-americanas, seja a presidência alemã no âmbito da CEE ou as estratégias para a construção da Europa. A discussão destes temas contou com os contributos do prof. Karl Kaiser, director do *Research Institute of the German Society for Foreign Affairs*, que abordou as relações euro-americanas após a eleição do presidente Bush, também com a participação do ministro federal Lutz K. Stavenhagen que fez o balanço da presidência alemã da CEE.

A integração europeia alemã e de outros estados comunitários na perspectiva da opinião pública foi ainda objecto de análise pelo prol. Wolfgang Bergsdorf, director do Gabinete de Imprensa do Governo Alemão.

Questionaram-se também as possibilidades de intensificação do debate europeu nos respectivos países, bem como várias formas de intercâmbio e cooperação entre publicações que se ocupam de política internacional e de defesa. Várias sugestões foram levantadas a este propósito. Entre outras refiram-se: a permuta de publicações e de artigos, co-publicação simultânea de artigos em vários jornais ou revistas, resenhas de publicações, edição de sumários em inglês, uma mais flexível interpretação do «Copyright» e até a possibilidade de lançamento de uma Sociedade Internacional Editora que editaria uma revista multinacional.

Ainda que não tenha sido possível chegar a um consenso na institucionalização da cooperação, várias formas de intercâmbio foram estabelecidas entre algumas publicações. Concluiu-se ainda pela necessidade de agendar novos encontros de imprensa especializada em questões internacionais.

A.J.T.

## VI CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE LISBOA

### "A DEFESA DA EUROPA E O CONSENSO ATLÂNTICO"

Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, Lisboa, 15-17 Dezembro, 1988

«A democratização de Portugal, da Espanha e da Grécia, o alargamento da Comunidade Europeia, a revitalização da União da Europa Ocidental, a decisão de constituir em 1992 o grande mercado comunitário. A polémica cada vez mais intensa em torno da partilha dos encargos com a defesa na sequência dos acordos INF e as mudanças verificadas na política soviética desde que Mikhail Gorbachev subiu ao poder» foram acontecimentos que motivaram mais uma edição da Conferência Internacional de Lisboa.

Entre outros temas em análise, refiram-se: a estratégia aliada e as relações transatlânticas, a construção da política europeia de defesa e a posição de Portugal na defesa da Europa.

A Conferência reuniu diversos especialistas em questões internacionais e de defesa, diplomatas e membros do Governo português. Registem-se as presenças dos ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional, do secretário-geral adjunto para a Política Externa da NATO e do representante permanente dos EUA na NATO.

Uma das conclusões do debate foi o reconhecimento de que a Aliança Atlântica, após cerca de 40 anos de existência, conserva hoje a sua inteira actividade e actualidade, não obstante as importantes modificações da política soviética.

As várias propostas de Gorbachev no sentido de um relativo desarmamento e a nova política soviética de desanuviamento internacional nos mais diversos sectores, não afectaram os objectivos fundamentais da NATO, embora algumas das suas políticas possam exigir modificações em virtude da alteração das circunstâncias políticas e económicas verificadas nos Estados Unidos, na Europa Ocidental e na União Soviética. As medidas mais recentemente anunciadas pelo líder soviético no podium da Assembleia

Geral das Nações Unidas em Nova Iorque - e não se lhe pode negar um notável sentido de relações públicas - foram referidas por autorizados participantes nesta conferência com prudente cautela, aguardando, por um lado, a forma exacta da sua eventual implementação e, por outro, o seu futuro desenvolvimento, em particular a reacção soviética às propostas da Aliança Atlântica relativas à estabilidade convencional, certamente mais importantes embora apresentadas sem a teatralidade das medidas anunciadas por Gorbachev.

O que geralmente não é posto em relevo pelos meios de comunicação social dos países da Aliança e do mundo ocidental em geral, é o facto importante, que foi referido por vários intervenientes nos debates, de que a transformação que nos últimos anos se verificou no comportamento dos dirigentes da União Soviética é devida, essencialmente, à existência da Aliança Atlântica, à sua coesão e à constância das suas posições e que, por conseguinte, existem redobradas razões para perseverar num caminho que além de ter garantido a paz à Europa, acabou por compelir a União Soviética a modificar a sua postura internacional e alguns aspectos importantes da sua política interna.

Outra conclusão importante a retirar dos debates é o conhecimento da necessidade de construir um verdadeiro pilar europeu no quadro da Aliança Atlântica. Este problema magno e complexo acha-se ligado intimamente a vários outros problemas importantes, como sejam o *burdensharing*, as negociações entre as superpotências sobre desarmamento e, sobretudo, o desenvolvimento do projecto de integração europeia que, nos últimos tempos, recebeu um novo alento com o «acta único».

Da conexão destes problemas concluiu-se que a construção do verdadeiro pilar europeu, ou seja, de um sistema coerente e relativamente autónomo de defesa dos países que integram as Comunidades Europeias, deve ser conduzida por forma, não só a reforçar o potencial defensivo da Aliança Atlântica como a evitar que surjam equívocos ou atritos entre os parceiros europeus e os americanos. Os europeus responsáveis, mais empenhados na construção política de uma Europa unida, consideram legitimamente, que independentemente de considerações baseadas no conceito do *burdensharing*, o projecto político europeu exige necessariamente uma componente da defesa. O quadro institucional da União Europeia Ocidental poderá servir para a construção do pilar europeu.